

# PODE A ENUNCIÇÃO CONTRIBUIR PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA?

Valdir do Nascimento Flores  
(UFRGS/CNPq)

Paula Ávila Nunes  
(UTFPR)

## RESUMO

O artigo discute como o conceito de *gramática* pode ser pensado do ponto de vista da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, reunida nos *Problemas de Linguística Geral*, volumes I e II. Para tanto, propõe pequena revisão das diferentes acepções que o termo *gramática* tem assumido ao longo dos estudos linguísticos brasileiros. O texto finaliza com algumas considerações acerca da relevância da proposta de uma Gramática da Enunciação para o ensino de língua materna.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática; Enunciação; Ensino; Língua Portuguesa.

Todo texto se materializa na tentativa de responder a um questionamento, esteja ele explicitamente exposto ou veladamente pressuposto nas linhas que o constituem. Este não é, evidentemente, diferente. Entretanto, a interrogação que o intitula não serve apenas para demarcar a questão norteadora que tentaremos responder ao longo deste artigo. Muito mais do que uma imposição do próprio ato de escrever, a indagação de abertura tenta, na verdade, reproduzir aquela que frequentemente ouvimos não só de nossos alunos, mas igualmente de nossos colegas professores: *pode a Enunciação contribuir para o ensino de gramática?*

Sem dúvida, já temos aí um pressuposto, o de que o ensino de gramática é fundamental. Dele não discordamos, ainda que também es-

tejam de acordo com a premissa de que o ensino de língua materna não pode se pautar *exclusivamente* em reflexões de cunho gramatical. Nosso objetivo não é discutir essa questão, sobretudo porque outros autores o fazem de forma muito mais interessante e detida do que poderíamos aqui fazer. Antes, nossa intenção é – partindo da assunção de que ensinar gramática *também* faz parte do repertório de ensino do professor – obviar de que forma entendemos ser possível alinhar os postulados teóricos que são congregados sob o rótulo de Linguística da Enunciação – ou, no caso desse texto, da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste – a esse objeto que parece ser quase que refratário ao campo: a gramática.

Com efeito, há quem diga que *Enunciação* e *gramática* seriam termos antagônicos e que pensar sua relação seria ferir os preceitos que regem o campo enunciativo. Conforme tentaremos desenvolver adiante, não comungamos desse ponto de vista: ao avaliarmos os inúmeros sentidos que o termo *gramática* pode assumir, é absolutamente plausível pensar em sua relação com um campo que estuda o irrepitível, contemplando a língua desde o ponto de vista do sentido.

Desenvolvemos nosso raciocínio mais adiante. Por ora, é necessário sublinhar que este texto atende a pelo menos duas necessidades. A primeira delas, de cunho mais teórico, diz respeito à certa repulsa, por parte daqueles que estudam a língua pelo viés semântico, em considerá-la também pelo viés estrutural e formal. De certa maneira, parece haver sobre isso uma espécie de “preconceito linguístico” – não nos termos que tanto enfatizam alguns teóricos, especialmente os variacionistas –, mas um preconceito que permeia a própria Linguística. E é comum que tal preconceito acabe por chegar aos estudantes universitários, futuros professores, com grande arraigamento, a ponto de ouvirmos relatos como “os formalistas não se interessam pelo sentido e os enunciativistas não se interessam pelos aspectos formais da língua”, como se as ciências da linguagem fossem ingênuas o suficiente para dicotomizar radicalmente um objeto que, desde muito tempo, reconhece-se ser multifacetado. É do ponto de vista teórico, portanto, que tentamos contribuir para que pensamentos como esse que caricaturalmente citamos sejam minimizados.

Uma segunda necessidade, diretamente tributária do primeira, poderia ser pensada como sendo de cunho pedagógico. Não é difícil imaginar que esse aluno que deixa a universidade com uma visão binária de língua seja o mesmo professor que perpetua um ensino também binário, que ou se debruça totalmente sobre os compêndios gramaticais

ou se propõe a aboli-los sem remorso. Nosso interesse aqui, dessa forma, também é o de afastar o binarismo – que, muitas vezes, se faz presente na prática docente – ao demonstrar como é possível pensar gramática, ou seja, pensar aquilo que se repete, do ponto de vista formal da língua, por meio de uma teoria comprometida com a irrepetibilidade, própria dos sentidos produzidos no discurso. Um paradoxo, diriam alguns, não sem razão, mas a “linguagem é o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que não o veem”, já ensinava Benveniste. O texto que segue deverá discutir, também, esse aparente paradoxo.

Com essas duas necessidade – facilmente interpretáveis como dois objetivos – em nosso horizonte, este texto poderá, então, idealmente, contribuir para enfatizar uma questão que julgamos de suma importância: é constitutiva do ofício de professor certa heterogeneidade teórica. Isto é, ensinar língua pressupõe justamente olhar (e ensinar os alunos a olhar) para o objeto língua por tantos ângulos quanto possível, ou seja, pela ótica de tantas teorias quanto forem aquelas que se preocupam em descrever e explicar o fenômeno linguístico. Se há algo que a Linguística pode fazer pelo (futuro) professor é, justamente, contribuir para desautomatizar as visões sobre seu objeto de trabalho (a língua). É por essa razão que o professor não pode se furtar de conhecer diversas teorias e, mais do que isso, compreender de que modo elas podem estar a seu serviço em sala de aula. Este texto ensaia, pois, uma tentativa de explicitar de que forma a Enunciação, como teoria linguística que é, também pode estar a serviço do professor e do ensino.

Para tanto, organizamos nossa proposta da forma que segue. Na primeira parte, propomos a discussão do que entendemos por gramática no sintagma “ensino de gramática”, observando de que forma o ponto de vista enunciativo permite flexibilizar (ou mesmo re-semantizar) o conceito. O que se defende, em linhas gerais, é que, tal como não há um único conceito de *língua*, também se torna inviável pensar em um único conceito de *gramática*, e a Enunciação nos auxilia na tarefa de compreender que outros sentidos são possíveis de serem atribuídos a esse termo.

A segunda parte tem por tarefa exemplificar de que forma podemos pensar a articulação entre Enunciação e Gramática, ilustrando-a por meio de análises enunciativas de elementos classicamente entendidos como gramaticais. Alguns exemplos já se encontram no livro *Enunciação e Gramática* (FLORES *et alii*, 2008), mas nosso intuito é o de mostrar que os próprios teóricos da Enunciação, tais como Émile

Benveniste, frequentemente aludido como “fundador” do campo enunciativo, também realizaram análises que se detêm sobre aspectos gramaticais da língua. Em outras palavras, se olharmos atentamente as análises linguísticas de Benveniste, parece ser lícito afirmar que os próprios textos que “fundam” o que veio a ser conhecido como Teoria da Enunciação já demonstravam interesse na descrição de fatos gramaticais.

A terceira e última parte se encarrega de demonstrar de que forma entendemos ser relevante para o professor de línguas – materna ou adicional – ter consciência das várias possibilidades que se apresentam no trato com gramática em sala de aula. Se obtivermos sucesso em nossa exposição, este texto contribuirá, então, ainda que singelamente, para o incentivo a um ensino mais plural, que confira à língua o lugar que lhe cabe no ensino e a motivação primordial para estudá-la: ser o que nos ensina a própria definição de homem.

### Gramática: da prescrição ao uso

Falar em gramática, nos dias atuais, requer extremo cuidado, sobretudo se essa fala for produzida por um linguista. As discussões recentes em torno de livros didáticos deixaram claro que, se a Linguística contribuiu para substituir o conceito uno que se tinha do termo *gramática*, o fez de uma forma que levou muitos (inclusive alguns acadêmicos) a acreditar que os linguistas condenam qualquer tipo de ensino prescritivo da língua. Não é esse o caso aqui. Quando enfatizamos, na introdução deste artigo, que visamos a um ensino plural, o desejo que subjaz a essa afirmação encontra bom resumo nas palavras de Ilari (1997): trata-se de “denunciar a *forma ritualística* como vêm sendo aplicadas algumas das principais estratégias do ensino da língua materna” (p. 7 – grifos nossos), que dão “atenção doentia para questões de nomenclatura” e mantêm a análise sintática “como principal atividade do ensino de Português” (p. 13). É em oposição a essa “forma ritualística” de ensinar gramática que nos posicionamos, ou seja, contra o ensino de gramática que não é produto de reflexão do professor e não instiga reflexão do aluno.

Para entender o que nos levou, em décadas de trabalho escolar, ao ponto de proporcionar um ensino que não ensina *língua*, mas “orações e períodos como objetos prontos” – ainda usando as palavras de Ilari (p. 14) – em detrimento do ensino da língua como *atividade*, com funções e contextos, é necessário entender o processo de *gramatização*<sup>1</sup> por que passou nossa língua. “Por gramatização”, sugere Auroux, “deve-se entender o processo que conduz a *descrever e instrumentar* uma

língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65 – grifos no original). Ou seja, o objetivo primeiro de “gramatizar” uma língua é fornecer uma *descrição* de sua estrutura: “[t]oda gramática equivale pois a um *corpus* (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição linguística” (p. 68). A gramatização é, portanto, resultado de nosso *saber metalinguístico*, de nosso conhecimento sobre a própria língua que falamos e sobre a qual podemos pensar e refletir, conhecimento esse sistematizado e compilado em dois grandes instrumentos: a gramática e o dicionário.

Entretanto, não é preciso grande incursão histórica para perceber que tal definição é apenas parcialmente verdadeira: nossa própria vivência escolar atesta que, muito mais do que descrição linguística, a gramática por muito tempo foi vista (e ainda é por muitos) como um meio de coerção, uma verdadeira tentativa (como se fosse possível mais do que apenas uma tentativa) de limitar a atividade linguística, já que o conhecimento prescritivo acabou se tornando uma ferramenta para “ aferir o grau de escolaridade das pessoas” (ILARI, op. cit., p. 13). Eis aí um primeiro paradoxo interessante: se a gramatização tem por intuito, via de regra, sistematizar o conhecimento metalinguístico que os próprios falantes têm de sua língua, como pode essa sistematização servir de elemento opressivo e prescritivo, até mesmo um instrumento de avaliação?

De forma preliminar, e até mesmo superficial, dada a complexidade do problema, podemos ensaiar uma resposta que também remonte à história: a língua, apesar de sua vocação primariamente social, é também um organismo político. Aqueles que já estudaram algumas linhas sobre a história do Latim e sobre a própria história da Língua Portuguesa bem sabem disso. É por ser também um organismo político que a descrição, característica fundamental do processo de gramatização, acabou cedendo lugar à prescrição, e não raro encontramos associação direta de *gramática* a “regras do bem dizer e bem falar”, pensamento esse acentuadamente reiterado pelo senso-comum.

Tributário desse pensamento, emerge um segundo paradoxo: grande parte desse “desvio”, que nos levou da descrição à prescrição, se deve justamente à formação que a academia por muito tempo deu a seus alunos, na formação do futuro professor de Língua Portuguesa, com disciplinas como Filologia e Gramática que, boa parte das vezes, serviam apenas de “reforço da gramática normativa dos cursos secundários”

(ILARI, op. cit., p. 2). O ensino centrado apenas na prescrição – tão debatido e questionado pela Linguística atual – foi perpetuado, justamente, pela falta de reflexão científica em torno da linguagem, de forma que a “gramática tradicional e a gramática histórica, enquanto disciplinas, (...) forneciam *estereótipos* que permitiam pensar a linguagem” (p. 4 – grifo nosso). Estereótipos que se deixam facilmente entrever, desde muito tempo, nos compêndios gramaticais e que fizeram da gramática normativa um prisma que refrata a linguagem em uma forma distorcida, criando uma ilusão de língua homogênea que a Linguística tem pagado caro para reavaliar.

Na tentativa de substituição das disciplinas que promoviam a manutenção desse viés normativista, abstrato e idealista de língua, as ciências da linguagem – sobretudo com as correntes funcionalista e variacionista e com os estudos sobre oralidade – deram suporte a uma visão de gramática que

não apenas contempla uma taxonomia e um elenco de funções, mas que, legitimada pela sua relação com o uso efetivo da língua, dá conta dos usos correntes atuais, não perdendo de vista o natural e eficiente convívio de variantes no uso linguístico, incluída, aí, a norma tradicionalmente considerada padrão (NEVES, 2004, p. 11).

Nasce, assim, um conceito de *gramática* que não se resume apenas à *norma*, ainda que a comporte, mas que contempla também o *uso* e, dessa forma, a própria competência e o saber metalinguístico do falante. A gramática deixa de ser uma prescrição única, pautada em um ideal de língua, para ser um lugar de confronto entre *norma* e *uso*, levando em conta questões como adequação ao contexto e ao gênero discursivo e a competência e o saber metalinguístico do falante. Isto é, de certa forma, os estudos gramaticais, com o suporte das ciências da linguagem, voltam a ser, em boa parte, descritivos, tal como Auroux sugere que deva ser entendido o processo de gramatização de uma língua.

Na esteira dessa “modernização” (ou seria uma retomada?) do conceito de *gramática*, o mercado editorial brasileiro viu surgir, ao lado dos grandes compêndios gramaticais já consagrados, gramáticas com objetivos bastante diversos entre si e, sobretudo, com propostas diferentes daquelas encontradas na tradição gramatical, dando novo estatuto ao termo e à disciplina. A *Gramática de usos do português*, por exemplo, lançada em 1999, tenciona mostrar “como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil”, partindo “dos próprios itens lexicais e gramaticais da língua”, “explicitando o seu uso em textos

reais”, para compor “a ‘gramática’ desses itens”, *gramática* entendida aqui como “as regras que regem o funcionamento [dos itens lexicais e gramaticais] em todos os níveis, desde o sintagma até o texto” (p. 13). A novidade da *Gramática de usos* foi, entre outras coisas, a incorporação dos ditos textos “reais” – escritos e em algumas modalidades de fala – como *corpus* de análise, trazendo a noção de *uso* para o centro da reflexão gramatical, à medida que “é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função”.

Em empreendimento distinto teoricamente, Perini apresenta a sua *Gramática descritiva do português*, também baseada, segundo ele, nos preceitos de *uso linguístico* – embora *uso*, nesse caso, se distancie da noção mobilizada já no título pela *Gramática de usos do português* – visando à elaboração de uma “descrição ampla e detalhada da realidade linguística do Brasil” (p. 14). Ainda que se centre sobre a descrição da estrutura da língua, o autor chama atenção para a responsabilidade dos linguistas de descrever também “a língua coloquial, sua variação social e geográfica, sua história etc.”, sendo sua principal contribuição o fomento de discussão sobre a linguagem: “o mais importante é suscitar discussão – discussão de problemas reais de análise da língua, baseada em fatos observáveis do português padrão atual” (p. 15).

Muitos outros exemplos poderiam ser citados aqui, mas esses dois devem bastar para ilustrar o redimensionamento que a Linguística – muito especialmente no cenário brasileiro – impôs à noção de *gramática* e ao seu estudo. Algo, porém, pode ser apontado como denominador comum entre esses trabalhos e aqueles de cunho mais prescritivo: o que a “gramática descreve são as *regularidades intrínsecas* à própria realidade das trocas linguísticas e (...) nenhuma mudança deixa de ter *regularidade*” (AUROUX, op. cit., p. 68 – grifos nossos). Isto é, independentemente do tipo de gramática em pauta, o que se descreve ou se prescreve são *regularidades*. Mesmo as gramáticas voltadas à descrição de usos, sejam eles mais ou menos prestigiados, trabalham no campo dos usos que apresentam algum grau de repetibilidade e, portanto, de regularidade, visto que a mudança também é regulada por regras que podem ser descritas.

É por essa razão que antecipamos, na introdução deste trabalho, que propor uma noção de *gramática da Enunciação* pode causar estranheza aos menos versados no campo enunciativo. Isso porque se convencionou enfatizar sobremaneira a atenção que os estudos enunciativos dão àquilo que é do âmbito da singularidade e da subjeti-

vidade na linguagem. Tal perspectiva tem razão de ser, já que a grande contribuição dos estudos dessa orientação teórica foi justamente chamar atenção para o fato, até então pouco estudado, de que a língua é, ao mesmo tempo, produto social e individual, coletivo e individual. Entretanto, não se pode ignorar o fato de que só é possível pensar em subjetividade, conceito tão caro à Enunciação, como resultado de uma apropriação, isto é, como instauração do sujeito em uma língua que dispõe, ela mesma, de elementos que não só preveem como também permitem que o falante a mobilize. Em outras palavras, não se pode desprover a Enunciação de seu caráter de estudo daquilo que também é *repetível* – o que Benveniste nomeia de diversas formas em diferentes momentos de sua teoria (semiótico, aparelho formal etc.) –, pois o repetível está, desde o início, no cerne do estudo enunciativo: é a possibilidade *formal* que a língua oferece para que um falante dela se aproprie.

### A proposta de uma gramática enunciativa

De forma axiomática, poderíamos dizer que fazer um estudo gramatical de base enunciativa é *descrever os mecanismos linguísticos que, em dada instância de discurso, produzem sentidos particulares*. Em outras palavras, uma análise *gramatical* ancorada nos pressupostos da teoria da enunciação benvenistiana deve *levar em conta o arranjo linguístico promovido pelo locutor em uma dada situação espaço-temporal*, o que o instaura como sujeito de seu dizer.

Vejam como Benveniste pode auxiliar a elucidar isso: em *O aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, ele concebe uma oposição entre uma linguística dedicada ao estudo do emprego das formas e uma linguística dedicada ao estudo do emprego da língua. À primeira, caberia a descrição das regras responsáveis pela organização formal da língua. Seu objeto diria respeito às regras imanentes ao sistema. À segunda, caberia o estudo do uso feito por um locutor em uma dada situação espaço-temporal, o que pressuporia o estudo das formas sem, contudo, nele se esgotar, uma vez que incluiria no objeto de estudo a enunciação.

Nessa perspectiva, a enunciação – conceito-chave da segunda linguística –, entendida como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82), permite dar ênfase ao fato de o locutor relacionar-se com a língua a partir de determinadas formas linguísticas. Enunciar é, nessa concepção, transformar individualmente a língua – virtualidade – em discurso.



Partindo do escopo teórico depreendido da leitura dos *Problemas de Linguística Geral I e II*, de Émile Benveniste, a formulação acima pode, dependendo do momento da teoria do autor, receber diferentes encaminhamentos. Em *O aparelho formal da enunciação*, encontramos alguns:

1 - *o sentido se formando em palavras*: aqui, tem destaque o mecanismo de *conversão individual da língua em discurso*. Trata-se do que Benveniste chama de *a semantização da língua*, em que são enfatizados os procedimentos por meio dos quais *as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram*.

2 - *a língua no quadro formal de sua enunciação*: aqui, têm lugar “os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Ou seja, o ato, as situações nas quais ele se realiza e os instrumentos dessa realização.

O que esses dois encaminhamentos têm em comum é o fato de demonstrarem a preocupação do linguista, desde o início de suas reflexões, com o aspecto formal da língua em sua relação com o sentido. Isso porque, para Benveniste, “o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (BENVENISTE, 1995, p. 320). Logo, estudar o aspecto formal de uma língua leva, inevitavelmente, ao estudo de como essa língua produz sentido, dado que “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 135).

Igualmente importante é o fato de que a língua, além de produzir sentidos, possibilita, por sua capacidade metalinguística, que falemos sobre ela própria; isto é, a língua, ela mesma, é o que possibilita a existência da gramática:

A língua da gramática, que descreve o uso das formas da língua, é uma metalinguagem: falar de substantivo, de advérbio, de vogal, de consoante, é falar uma metalinguagem. Todo o vocabulário da metalinguagem só encontra aplicação na língua. Esta metalinguagem pode estar por sua vez descrita em uma língua” (BENVENISTE, 1989, p. 35).

Sendo a gramática, na visão de Benveniste, uma metalinguagem que fala sobre os mecanismos linguísticos de produção de sentido, uma vez que algo só pode ser considerado *forma* na língua se tiver *sentido* nessa língua, o teórico desenvolve inúmeras análises que se debruçam sobre as relações específicas de *forma* e *sentido*, produzidas a cada ato

de enunciação. Suas análises permitem entrever, portanto, elementos da *gramática* da língua. Vejamos apenas um exemplo.

Nos estudos que faz dos pronomes e da pessoa verbal – em especial, *Estrutura das relações de pessoa no verbo* e *A natureza dos pronomes* – Benveniste distingue os pronomes cuja referência depende da enunciação (*eu-tu*) daqueles cuja referência está ligada à *sintaxe* da língua (os do paradigma do *ele*). Benveniste, com essa distinção, opõe *eu-tu* a *ele* e funda a dicotomia pessoa/não-pessoa.

Como se sabe, a noção de *pessoa*, nos estudos clássicos, liga-se ao verbo e aos pronomes pessoais. Haveria, nessas classes de palavras, três pessoas simetricamente apresentadas: a que fala, a com quem se fala, a de quem se fala. Tal simetria é colocada em xeque por Benveniste quando, inspirado na gramática árabe, pondera que a primeira pessoa deve, sim, ser tomada como “aquele que fala”. À segunda também caberia a definição “aquele a quem nos dirigimos”, mas a terceira não poderia ser tratada como *pessoa*. Na verdade, ela é “aquele que está ausente”.

A oposição entre *eu, tu, ele* decorre, então, de um lado, da *língua em emprego e em ação*, e, de outro lado, da própria natureza formal dessas palavras. As ditas “primeira” e “segunda” pessoas estão implicadas no discurso; a “terceira” dele não participa. Assim, *eu* e *tu* constituem a *noção de pessoa*; *ele* a de *não pessoa*. O *ele* pertence à *sintaxe* da língua, serve de substitutivo abreviativo dos elementos materiais do enunciado; o *eu-tu* pertencem à instância do discurso, ao ato único e irrepetível pelo qual um locutor atualiza a língua em discurso.

Assim, as três “pessoas” não são homogêneas, pois, nas duas primeiras, “há ao mesmo tempo uma pessoa e um discurso sobre essa pessoa”. *Eu* é o que fala enunciando *eu*, “dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim”; como *tu* é designado por *eu*, *eu* “enuncia algo como um predicado de ‘tu’”; da terceira pessoa “um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’”; por isso, é “questionável a legitimidade” da forma *ele* como *pessoa* (cf. BENVENISTE, 1988, p. 250).

Nesse exemplo, vemos, portanto, operar os dois encaminhamentos listados acima, decorrentes do entendimento de *gramática* no escopo da enunciação: *Eu* e *tu* pertencem ao nível “a que Charles Morris chama de pragmático” (BENVENISTE, 1995, p. 178) porque só têm referência na situação enunciativa; *ele* é substituto abreviativo, pertence à *sintaxe* da língua, pois predica “*o não importa quem* ou *o não importa o que*, exceto a própria instância” (BENVENISTE, 1988, p. 282). Vê-se,

assim, uma das várias maneiras pelas quais a própria língua comporta, em sua gramática, mecanismos que permitem a enunciação.

O que essa constatação tem de maior interesse ao professor de língua reside no fato de que a gramática, contemplada do ponto de vista enunciativo, é propriamente o que permite a enunciação e, dessa forma, a produção de sentidos sempre particulares por meio de um repetível, ou seja, por meio da própria gramática da língua. Dado que, conforme asseveramos anteriormente, uma análise *gramatical* de cunho enunciativo deve levar em conta o arranjo linguístico promovido pelo locutor em uma dada situação espaço-temporal, um ensino de gramática que leve em conta o aspecto enunciativo da língua deixa de se pausar apenas na prescrição (ou mesmo na descrição dos usos que apresentam alta repetibilidade) para instigar a discussão e fomentar a análise sobre as formas pelas quais os meios gramaticais permitem a instauração do sujeito na língua e, por consequência, a produção de sentidos novos e particulares. Trata-se propriamente de ensinar como a língua significa e de dar ênfase a toda sua potencialidade semântica, observando como as regras que regem determinada língua estão sempre subordinadas àquele que enuncia.

### Contribuições para o ensino

Retomando o ponto de partida de nosso raciocínio para tecer algumas considerações à guisa de fechamento, recorreremos novamente a um dos autores que ajudaram a embasar nossa reflexão na primeira parte deste texto. Ressalta Ilari (op. cit.): “[...] é sobretudo comum que o estudante [de Letras] se veja diante de várias alternativas, todas atraentes à sua maneira, e todas imperfeitas, e perceba a precariedade de qualquer posição dogmática” (p. 15). Nossas palavras não poderiam resumir tão bem o que se pretendia com este escrito: múltiplas são as opções de trabalho com a gramática em sala de aula e o que se fez aqui não foi mais do que propor uma outra forma, talvez um pouco menos explorada pela literatura da área, mas que permanece sendo apenas *uma* forma.

Esperamos que nossas considerações tenham sido suficientemente bem escritas para não levar nosso leitor a imputar a nós o preconceito linguístico de que falávamos anteriormente. Isso porque não propomos que uma visão enunciativa de gramática substitua tudo o que tem sido feito em sala de aula no tocante ao ensino de Língua Portuguesa.

Nunca é demais enfatizar: somos favoráveis, isso sim, a um ensino plural, que encontre lugar para as mais diferentes visões que a língua possibilita e de que é merecedora. Certamente, esse intuito impõe que o estudo do sentido ganhe mais espaço nas salas de aula. É necessário que o professor não só entenda de que forma a língua significa como possa também explorar essas diferentes maneiras de significar junto a seus alunos.

Se é dever do professor de língua materna dar condições para que seus alunos aprimorem seus conhecimentos linguísticos, tornando-se usuários mais eficientes linguisticamente nos diversos contextos em que a língua se impõe como necessidade na vida cotidiana, esse dever certamente está boa parte centrado no estudo de como a língua significa. Mais do que isso, compete ao professor fazer com que o aluno descubra o fascínio de estudar linguagem, o que só pode ser realizado sob a condição de que o professor abra mão de qualquer posição dogmática em seu ensino. É preciso mudar nossa prática pedagógica em busca da pluralidade de visões sobre a língua. E é preciso seduzir nossos discentes. Nesses termos, reproduzimos as belas palavras de Perini (op. cit.), que bem enfatizam a importância de um ensino que abra horizontes ao invés de fechá-los:

Do jeito como estão as coisas, os estudos gramaticais têm feito mais mal que bem.

[...] Na melhor das hipóteses, estão sendo formados jovens cuja curiosidade intelectual é dirigida em qualquer direção, menos na dos estudos da língua. Na pior das hipóteses, estão sendo formados jovens cuja aversão aos estudos gramaticais os leva a sufocar a própria curiosidade intelectual. (p. 14)

Que a proposta aqui apresentada possa servir, ainda que embrionariamente, para despertar alguma curiosidade intelectual em nossos (futuros) professores.

## ABSTRACT

The article discusses which concept of *grammar* can be understood from the point of view of Émile Benveniste's enunciative theory, compiled in *Problems on general linguistics*, volumes 1 and 2. In order to do so, we present a brief review of the different concepts that the term *grammar* has taken on throughout the linguistic studies developed in Brazil. The text ends with some considerations on the relevance of the proposal of an Enunciative Grammar to the teaching of mother tongue.

**KEYWORDS:** Grammar; Enunciative Studies; Teaching; Portuguese language.

## REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.
- FLORES et alii. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ILARI, Rodolfo. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Martins fontes, 1997. (Texto e linguagem)
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2004.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

## NOTA

<sup>1</sup> Trata-se propriamente do neologismo *gramatização*, e não de *gramaticalização*, termo também existente em Linguística.

---

Data de recebimento: 13 de março 2012

Data de aprovação: 30 de junho de 2012